

ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI 10.639/03 E A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DE RELATOS DOS VIAJANTES EUROPEUS

ARILSON DOS SANTOS GOMES*

MARGARET MARCHIORI BAKOS**

RESUMO

O trabalho intenta problematizar os contextos e os lugares sociais em que a temática negra esteve em evidência em nosso país, do pós-abolição aos finais da década de 1960. Faremos uma breve exposição dos congressos afro-brasileiros, bem como do protagonismo dos movimentos sociais e de indivíduos que lutaram no campo da cultura, da educação e da política, em busca de um ensino que contemplasse a trajetória afrodescendente no Brasil. Tem-se por objetivo apresentar a Lei 10.639/03, propondo sensibilizar os professores, a partir dos relatos de viajantes europeus, na utilização das fontes históricas como meio de desenvolver o ensino de história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Lei 10.639/03. Movimentos sociais. Ensino de História. Cultura.

ABSTRACT

This study aims to approach the social contexts and places where the Black matter has been underscored in our country, since the end of slavery to the late 1960s. A brief statement of the Afro-Brazilian congress is made as well as of the role of social movements and individuals who fought in the field of culture, education and politics in search of an education that encompassed the history of afro-descendants in Brazil. Law 10.639/03 is presented in order to raise awareness among teachers, from the accounts of European travelers in the use of historical sources as a means of developing the teaching of Afro-Brazilian history and culture in the school curriculum of the State of Rio Grande do Sul, Brazil.

Keywords: Law 10.639/03. Social movements. History teaching. Culture.

* Professor da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), Mestre em História pelo PPGH-PUCRS e Doutorando pelo PPGH-PUCRS.

** Doutora em História pela Universidade de São Paulo; pós-doutora pela University College London. Atualmente é professora adjunta da PUCRS.

A LEI 10.639/03 E AS AÇÕES AFIRMATIVAS

A Lei 10.639/03 instaurou nos currículos escolares a obrigatoriedade do ensino sobre a História e a Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos estabelecimentos de educação básica, oficiais e particulares de nosso país. Entretanto, representantes dos movimentos sociais constantemente reclamam que essa lei, desde a sua publicação, datada do ano de 2003, não vem sendo aplicada. Por sua vez, representantes das Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio dos professores, manifestam que a falta de aplicação se deve, em parte, à indisponibilidade de materiais didáticos específicos, além de pouca oferta de cursos de formação visando à preparação dos docentes ao atendimento da demanda instaurada a partir dessa lei.

No Brasil, antes do período conhecido como pós-abolição, Joaquim Nabuco (1849-1910), José do Patrocínio (1853-1905), Luís Gama (1830-1882), Cruz e Souza (1861-1898) e André Rebouças (1838-1898) foram abolicionistas destacados em busca de uma sociedade livre. No entanto, conforme relatou Nabuco (1966), “a corrente abolicionista parou no mesmo dia da abolição...”.

Como a comunidade negra livre reivindicou suas necessidades no Rio Grande do Sul e no Brasil? Como ela lutou visando à sua inserção social? A partir das organizações negras, citadas como locais de encontro de representantes desta identidade, iniciam aulas de alfabetização apontando estrategicamente a integração na sociedade abrangente por intermédio da educação de seus pares (PEREIRA, 2008).

A Lei 10.639, promulgada em 2003, em seu texto completo tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo programático a que se refere a lei deverá ser ministrado no âmbito de *todo o currículo escolar*, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Os programas devem contemplar o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. A Lei também instituiu o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Neste trabalho, apresentar-se-á historicamente como foi criada a referida lei, propondo sensibilizar professores e educadores, a partir dos relatos de viajantes europeus, para uma

possível aplicação da lei no ensino de história do negro e da cultura afro-brasileira no Rio Grande do Sul.

A participação das populações afrodescendentes na História do Rio Grande do Sul, bem como do Brasil, remonta às origens políticas desses territórios, já que a escravidão configurou-se como um sistema de longa duração. A mão-de-obra caracterizava-se pela servidão negra, responsável pela produção laboral, com destaque para as charqueadas pelotenses que desenvolveram a riqueza do Estado entre os séculos XVIII e XIX.

O trabalho, a utilização militar na guarnição das fronteiras, os quilombos, as irmandades, as organizações negras, a imprensa negra, as ligas esportivas, as sociedades bailantes, o carnaval, as religiosidades, a alimentação, as personalidades políticas e tantos outros assuntos são um universo a se descortinar sobre a trajetória afrodescendente em solo sul-rio-grandense.

Por meio deste breve histórico, elucidou-se a luta da população negra e de seus líderes pela educação – situação que, guardadas proporções, na contemporaneidade, remete-nos ao tema das ações afirmativas, mesmo que no passado esse termo jurídico jamais tenha sido utilizado pelas organizações negras. Uma ação afirmativa visa reparar necessidades de grupos que por algum motivo tiveram suas condições materiais historicamente prejudicadas. Nos países onde já foram implementadas – Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, entre outros – visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado devido à sua situação de vítimas do racismo (MUNANGA, 2003, p. 117). Nos Estados Unidos, ações desse tipo tiveram origem nos anos de 1960, já que os negros norte-americanos eram proibidos de andar livremente nas ruas, ônibus e frequentar escolas, enfim, de viver dignamente. Naquele contexto surgiram as lutas pelos direitos civis lideradas por Martin Luther King (1929-1968), Rosa Parks (1913-2005), entre outros, resultando na política de cotas, decretada pelo presidente John F. Kennedy (1917-1963) (GOMES, 2005; SILVA, 2003; PETRONILHA, 2003).

O Presidente John Kennedy foi o primeiro governo americano que se empenhou em articular as ações afirmativas. Na Ordem Executiva (EO) 10 925, que dirigiu Kennedy aos contratados federais, afirma que deve “existir a ação afirmativa para garantir aos empregados e empregadores que sejam tratados durante o seu emprego, sem ter em conta a sua raça, cor, credo ou origem nacional” (SOMERS; JONES, 2009, p. 246).

As ações afirmativas eram “uma preocupação para se evitar as discriminações daqueles que foram historicamente discriminados, antes de uma definição específica de cotas ou preferências” (SILVA, 2008, p. 28). Desde o início de sua implantação nos anos 60, logo após a assinatura de um decreto executivo pelo presidente John Kennedy, que determinava a inserção dos negros, eles lutaram pelo sistema educacional de qualidade (SILVÉRIO, 2002, p. 238). Todavia, essas ações somente seriam planejadas e executadas com prazos, objetivos e metas, em 1968, com Lyndon Johnson (1908-1973) e, em 1971, com Robert Nixon (1939-2002).

Concorda-se com Munanga quando diz:

As experiências feitas pelos países que convivem com o racismo poderia servir de inspiração ao Brasil, respeitando as peculiaridades culturais e históricas do racismo à moda nacional. Podemos, sem copiar, aproveitar das experiências positivas e negativas vivenciadas por outros para inventar nossas próprias soluções, já que estamos sem receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais (MUNANGA, 2003, p. 118).

Elementos culturais, sociais, políticos, sobretudo humanos identificam as possibilidades de reelaboração desses aspectos no plano didático-pedagógico, principalmente após a promulgação da política de ensino instaurada com a Lei 10.639, que foi, sem dúvida, decorrente das Ações Afirmativas. Entende-se que apontar a falta de material como justificativa para a inaplicabilidade da lei, por parte dos professores gaúchos na atualidade, é no mínimo incompreensível.¹

¹ No ano de 2010, o Departamento de Desenvolvimento Social da UFRGS realizou o Curso de Procedimentos Didáticos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira. Nessa atividade, tivemos oportunidade de participar como Tutor de Ensino. Por intermédio da Plataforma Moodle, foram formados cerca de 500 professores. Aspectos do cotidiano foram teorizados visando contribuir para a aplicabilidade da Lei 10.639/03. Música, vestimentas, cosmovisão do mundo etc. eram conteúdos estudados para serem aplicáveis em sala de aula. Ver: GOMES, 2012, p. 199-215. Entre os anos de 2003 e 2013, tivemos a oportunidade de trabalhar na Comissão Organizadora de 10 edições das Jornadas Estaduais de Estudos Afro-Brasileiros, organizadas pelo GT Negros/ANPUH-RS. Nessas atividades, foram apresentadas 227 comunicações, além de 51 palestras, todas versando sobre a temática afro-brasileira, sendo comum a problemática dos materiais como justificativa para falta de aplicabilidade da Lei 10.639/03 em sala de aula. Muitas iniciativas apresentadas no campo da educação e no ensino de história eram ações individuais. Os dados quantitativos dessas atividades foram extraídos do relatório de atividades do evento.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DERRUBANDO ESTIGMAS

Os discursos vinculados aos estereótipos instaurados no período pós-abolição, advindos da sociedade hegemônica, abrangeram o negro que, para ser aceito socialmente, precisaria negar-se. Contudo, a identidade negra aqui deve ser entendida de maneira positiva (GOMES, 2005, p. 39-45).

Homi Bhabha (2007, p. 105) vincula esses estereótipos à fixidez da construção ideológica colonialista, utilizada de maneira estratégica repetidamente, identificando no sujeito um local imutável, sempre “no lugar” conhecido, inferior. Portanto, é a partir dos representantes desse grupo que suas necessidades, em um primeiro momento, passam a ser reivindicadas.² Fundam-se jornais negros, assim como intelectuais desse grupo passam a, mais do que denunciar, protestar em busca de seus direitos individuais e coletivos.³

Individualmente, citam-se algumas personalidades gaúchas. Aurélio de Bittencourt Júnior, diplomado em direito, e Sérgio Bittencourt, jornalista, foram os fundadores do jornal negro *O Exemplo*, em 1892, em Porto Alegre. Além deste, muitos outros jornais étnicos vinculados à causa negra passam a existir no Estado. José Antônio dos Santos (2000) citou o conceito de imprensa negra para teorizar os impressos produzidos pelos representantes desse grupo.

² A Constituição de 1891 dispunha apenas: “Todos são iguais perante a lei”. As demais Constituições subsequentes também propunham a igualdade. A Constituição de 1934 dizia: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivos de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas” (art.113, alínea I). Já a Constituição de 1946, artigo 141, ofereceu as bases dos direitos individuais à “vida, liberdade, segurança e propriedade pessoal”, enquanto estabelecia novamente: “todos são iguais perante a lei”. Entretanto, no dia a dia as relações ainda eram complexas. (DAVIS, 2000, p. 39).

³ Intelectual negro aqui é entendido à luz do conceito de José Antonio dos Santos, que identifica esses homens como os responsáveis pela circulação das informações através de suas escritas produzidas em periódicos, denominados de imprensa negra, já que era um material produzido por intelectuais negros no final do século XIX, exclusivo para o fortalecimento de sua comunidade. (SANTOS, 2011).

QUADRO 1 - A imprensa negra sul-rio-grandense

Periódico	Localidade	Ano
<i>O Exemplo</i>	Porto Alegre	1892
<i>A Cruzada</i>	Pelotas	1905
<i>A Alvorada</i>	Pelotas	1907
<i>A Hora</i>	Rio Grande	1914
<i>O Succo</i>	Santa Maria	1922
<i>A Tesoura</i>	Porto Alegre	1924
<i>A Liberdade</i>	Porto Alegre	1925
<i>O Astro</i>	Cachoeira do Sul	1927
<i>A Navalha</i>	Santana do Livramento	1931

FONTES: SANTOS, 2011; GOMES, 2008.

A educação de seus pares foi uma prática constante nas organizações negras de Porto Alegre e do país. Na capital dos gaúchos, as sociedades Floresta Aurora, Marcílio Dias e Satélite Prontidão, desde o final do século XIX, mantinham em suas sedes cursos de alfabetização, conforme demonstraram pesquisas da historiadora Lúcia Regina Brito Pereira (2008). A instrução e a educação eram atividades frequentes também nas Frentes Negras. Independentemente da cidade em que elas existiram, ofereciam cursos e seminários para os seus associados se integrarem à sociedade.⁴

CONGRESSOS AFRO-BRASILEIROS

Destaca-se nos anos de 1930, a realização do I e do II Congressos Afro-Brasileiros, ambos no nordeste brasileiro. Em 1934, ocorreu no Recife o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, organizado e proposto por Gilberto Freyre, intelectuais, acadêmicos, antropólogos e integrantes da Frente Negra. Nesse Congresso foram debatidos temas sobre a história da importação e da

⁴ A Frente Negra Brasileira foi fundada em São Paulo, no dia 16 de setembro de 1931, por Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). No decorrer de sua trajetória, de setembro de 1931 até dezembro de 1937, a organização foi presidida por seu fundador, que ocupou o cargo até junho de 1934, e por Justiniano Costa, que ocupou a presidência até a extinção da organização. No Rio Grande do Sul, a Frente Negra Pelotense foi fundada no dia 10 de maio de 1933, por José Aduino Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, sendo que este também fora fundador da Frente Negra de Pernambuco. Essas entidades tinham como atividades, em suas dependências, a realização de cursos e seminários direcionados para a educação e a união da comunidade negra. Entre os temas estavam a “Reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça” e “A mulher negra e o futuro da raça”.

escravidão africanas, os problemas de aculturação do negro e as variações antropométricas raciais, além de discussões sobre os livros *Casa-grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*.

Conforme Mota (1980, p.54), a partir desse período, os estudos da trajetória da obra de Freyre sobre os meios intelectuais assumiu grande importância por permitir a análise da cristalização de uma ideologia com grande poder de difusão: a da cultura brasileira.

Para Maria Aparecida da Silva Bento, a ideologia da *democracia racial* passou a se constituir como sinônimo da ideologia da cultura brasileira, naquele momento. Essa ideologia surgiu justamente a partir da publicação de *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre lançado em 1933. “Ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito (Gilberto Freyre) ele nega o preconceito e a discriminação (...)” (BENTO, 2002, p. 48).

Munanga (2004) acredita que a contribuição de Freyre foi ter demonstrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente no estilo de vida da classe senhorial em matéria de alimentos, indumentária e sexo, dando origem à mestiçagem cultural. Essa exaltação de convivência harmoniosa impediu os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão sociais, sem consciência de suas características culturais e de uma identidade própria são expropriados, dominados e convertidos em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 2004, p. 88-89).

Segundo Emilia Viotti da Costa,

Em esboço, os fatos são suficientemente claros: um poderoso mito, a idéia da democracia racial – que regulou as percepções e até certo ponto as próprias vidas dos brasileiros da geração de Freyre – tornou-se para a nova geração de cientistas sociais um arruinado e desacreditado mito (1998, p. 326).

As atividades do Segundo Congresso Afro-Brasileiro realizado em Salvador no ano de 1937 contaram com a participação de intelectuais, acadêmicos e do “povo de santo”. Organizado pelo Governo do Estado da Bahia, o encontro teve grande repercussão nacional, contando com participantes de todo o Brasil. Dentre temas e pesquisas debatidas, tivemos protestos dos intelectuais e participantes contra a interferência policial no candomblé. O encontro recebeu a colaboração de babalorixás e ialorixás, como Martiniano Bomfim, Aninha, Bernardino, Joãozinho da Pedra Preta, Joãozinho da Goméia, etc. (LIMA; OLIVEIRA, 1987, p. 30).

A partir deste encontro, Édison Carneiro tornou-se o líder dos estudos africanistas na região: “E assim, ainda em 1937, a 03 de agosto conseguiria fundar, não sem grandes dificuldades, dado o sectarismo de alguns grupos religiosos, a ‘União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia’” (LIMA; OLIVEIRA, 1987, p. 30).

QUADRO 2 – Congressos nacionais realizados entre 1934 e 1938*

Cidade	Título	Ano	Local	Organização	Assuntos abordados
Recife	Congresso Afro-Brasileiro	1934	Teatro Santa Isabel	Gilberto Freyre	Apresentações de pesquisas e discussões sobre os livros <i>Casa-grande & senzala</i> e <i>Sobrados e Mocambos</i> .
Salvador	II Congresso Afro-Brasileiro	1937	IHG da Bahia e Faculdade de Medicina	Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz e Rinaldo Guimarães	Apresentação de pesquisas, participação de adeptos das religiões de matriz africana e protestos contra a interferência policial no candomblé.
Campinas	Congresso Afro-Campineiro	1938	Instituto de Ciências e Letras de Campinas	Abdias do Nascimento, Agnaldo de Oliveira e Aguiar Sampaio	Discussões sobre as condições da vida do negro brasileiro sob vários aspectos: econômico, social, político, cultural.

FONTE: Adaptado de GOMES, 2008, p. 81-84

Entende-se que os organizadores e participantes dos Congressos tentaram formar um lugar *híbrido*, que propunha os estudos sobre as relações raciais no Brasil a partir de suas realidades, fossem elas agrárias, clientelistas e paternalistas. Como eram na maioria membros das elites hegemônicas, sendo muitos considerados os primeiros pesquisadores dos chamados estudos afro-brasileiros, pensavam em formular as bases de uma cultura nacional. Para muitos, esses intelectuais acreditavam que, ao formular, a mestiçagem ou a harmonia entre as raças acomodariam as relações raciais e ao mesmo tempo mostrariam ao país e ao mundo as qualidades do povo brasileiro. Inclusive, para Vinicius Clay, Édison Carneiro além de propor a União das Seitas Afro-Brasileiras na Bahia, idealizou uma entidade que acolhesse os estudos africanistas no estado, hoje representada, embora com propostas diversas, pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO – UFBA), criado em 1959 (CLAY, 2006, p. 3).

CONGRESSOS E ASSOCIAÇÕES NEGRAS

Apresentar-se-á nesta seção as associações negras que, em pleno estado novo, propunham enfrentar as dificuldades cotidianas das populações negras. Essas organizações visavam melhorar as situações sociais desse grupo, já que o desemprego e o analfabetismo ainda preocupavam.

A organização União dos Homens de Cor – UHC, conforme pesquisas de Joselina Silva (2003), foi fundada em 1943 na cidade de Porto Alegre por João Cabral Alves. Tendo as suas atividades encerradas no período da ditadura militar. Apresentava como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: "elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades", principalmente através da assistência social.

O Teatro Experimental do Negro – TEN, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1944 pelo intelectual negro Abdias do Nascimento e assim como a associação anterior, também teve as suas ações encerradas no período de exceção. Tinha como objetivos: contestar a discriminação; formar atores afro-brasileiros; reivindicar a diferença e não apenas integrar-se na sociedade; promover o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana, além de realizar cursos de alfabetização nos morros cariocas. (NASCIMENTO, 2004, p. 210). Ou seja, tanto a UHC quanto o TEN nos anos 40, 50 e início dos 60 mantinham em suas linhas de atuação a alfabetização como estratégia de inserção social das populações negras atendidas. A organização realizou as Convenções Nacionais do Negro, com sede em São Paulo, capital, no ano de 1945 e no Rio de Janeiro, em 1946, a Conferência Nacional do Negro, acontecida no Rio de Janeiro em 1949 e o Primeiro Congresso do Negro, também sediado no Rio em meados de 1950.⁵

Deve-se estar atento à mudança sofrida na nomenclatura do congresso ocorrido no Rio de Janeiro em 1950, intitulado: *Primeiro Congresso do Negro*, organizado pelo Teatro Experimental do Negro e o *Primeiro Congresso Nacional do Negro*, organizado pela Sociedade Floresta Aurora em 1958, na cidade de Porto Alegre. O

⁵ Para Guerreiro Ramos, intelectual vinculado ao Teatro Experimental do Negro, os congressos afro-brasileiros realizados no nordeste foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Ele ressaltou que, no entanto, esses congressos desbravaram o caminho para os movimentos posteriores.

termo “nacional”, além de ser o diferenciador das duas atividades denota, ainda, uma transformação importante nos interesses de seus organizadores, já que existiu uma forte influência do Partido Trabalhista Brasileiro na composição do último.

O Primeiro Congresso Nacional do Negro recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior, contando também com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais negros e brancos e negros da comunidade. Durante o encontro, foram debatidos três temas centrais: A necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, A situação do homem de cor na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram debatidos do dia 14 de setembro ao dia 19. Identificando novamente a educação como problema a ser resolvido no que tange à existência dessa identidade.

Ressaltam-se os congressos sobre a temática afro-brasileira e negra - já que foram acontecimentos de suma importância para a identidade - pois seus participantes influenciaram diretamente nas formas de pensar de pesquisadores sobre esses conteúdos, sejam eles acadêmicos ou militantes do movimento negro. As Frentes Negras, a partir de 1931, o próprio Teatro Experimental do Negro, na década de 1940, a Sociedade Floresta Aurora no Rio Grande Sul, e tantas outras iniciativas educavam a partir de seus próprios espaços as populações negras.

Interpretações culturais, sociais e políticas do que entendemos e conhecemos sobre a identidade afro-brasileira foram constantes nesses lugares, pensada por outros grupos sociais através de sua contribuição para a cultura nacional ou sendo essa identidade pensada pelo próprio grupo negro de maneira positiva para superar as dificuldades enfrentadas cotidianamente após a abolição da escravidão. No Primeiro Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre, realizado no ano de 1958, foi proposta a “Campanha Intensiva de Alfabetização do Negro Brasileiro”, projeto liderado pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora com o auxílio e a colaboração das organizações negras, municípios, estados e União.⁶

⁶ GOMES, 2008. Segundo Liane Muller, a Sociedade Floresta Aurora foi fundada na cidade de Porto Alegre no dia 31 de dezembro de 1872, essa agremiação é considerada a sociedade negra mais antiga do Brasil. Seu fundador foi o negro forro Polydorio Antonio de Oliveira. O principal objetivo da organização era zelar pela Comunidade afro-gaúcha material e socialmente, auxiliando, inclusive, na realização de enterros dignos para os negros da capital (MULLER, 1999, p. 116-134). Em outra pesquisa sobre a fundação da

TABELA – 3 Congressos nacionais realizados no Brasil entre os anos de 1944 e 1958

Belo Horizonte	III Congresso Afro-Brasileiro	1944	-	Ayres da Mata Machado e João Dornas Filho	Reunião de etnógrafos, psiquiatras, antropólogos, linguistas, historiadores, folcloristas e sociólogos, tendo o negro como tema.
São Paulo	Convenção Nacional do Negro	1945	-	TEN - liderança de Abdias do Nascimento	Acontecimento político de cunho popular, sem pretensões acadêmicas. Foram tratados temas sobre necessidades negras e situações socioeconômicas.
Rio de Janeiro	Convenção Nacional do Negro	1946	-	TEN - liderança de Abdias do Nascimento	Acontecimento político de cunho popular, sem pretensões acadêmicas. Foram tratados temas sobre necessidades negras e situações socioeconômicas.
Rio de Janeiro	Conferência Nacional do Negro	1949	Associação Brasileira de Imprensa	Abdias, Guerreiro Ramos e Edison Carneiro	A revisão das teorias antropológico-sociológicas convencionais sobre o negro, representado pelos Congressos Afro-Brasileiros da década anterior.
Rio de Janeiro	I Congresso do Negro Brasileiro	1950		Abdias, Guerreiro Ramos e Edison Carneiro	O I Congresso Negro pretendeu dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida dos negros.
Porto Alegre	I Congresso Nacional do Negro	1958	Câmara de Vereadores e Floresta Aurora	Floresta Aurora e o PTB	Os principais temas do encontro foram três eixos: a necessidade de alfabetização do negro frente à atual situação do Brasil; a situação “do homem de cor” na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e demais nações.

A tabela completa está em: GOMES, 2008, p. 81-84

Sociedade Floresta Aurora, Eliane Pereira Duarte (1986, p. 6) fez a seguinte observação: *“a sociedade Floresta Aurora foi fundada no ano 1872, por negros cativos de senzala...Contam que tudo começou com uma negra forra que vivia no arraial da Floresta ... que chamava-se Mariquinha”.*

CARLOS SANTOS E A EDUCAÇÃO

Décadas antes, na cidade de Rio Grande, interior do Rio Grande do Sul, nasceu o sindicalista Carlos Santos (1904 -1989). Em virtude de seu campo social, já que o pai fora redator do *Jornal Voz do Escravo*, destacou-se como representante do grupo. Inclusive, foi articulista do *Jornal A Alvorada*, de Pelotas nos anos 40. Conforme Santos, por ele mesmo, em matéria especial localizada na *Revista do Globo*, questionado sobre quais os motivos que o fizeram ingressar na política, Carlos Santos foi taxativo: “Procurei na política não um fim, mas o que entendia ser um meio de alargar o campo da luta em prol dos injustiçados e deserdados da sorte” (*Revista do Globo*, 1962, p. 26-29). Mais adiante, na mesma página, identificaram-se seus ideais: a defesa de seu grupo social e de sua classe. Conforme segue:

Quanto mais subo e me projeto, mais ligado fico as minhas origens. É como se eu subisse uma escadaria apoiado no braço esquerdo, deixando o direito para chamar os outros! Afinal de contas se eu caísse cairia comigo todo um grupo social que represento, como homem de cor e como operário.

Carlos da Silva Santos, que foi o primeiro governador negro em exercício no estado sulino e deputado estadual pelo PTB nos anos 60, também integrante da Sociedade Floresta Aurora no mesmo período, respeitava muito enquanto negro e político a educação. Por ocasião da fundação do Centro Cultural Marcílio Dias no qual fora dirigente também notamos essa situação. Na fundação da organização negra, datada do dia 11 de junho de 1936, ele, através de um pronunciamento, dignificou a educação. A instalação oficial do Centro ocorreu no Teatro 7 de Setembro, na cidade de Rio Grande. Naquela noite, o então deputado classista encerrou o seu discurso da seguinte maneira:

Salve, instrução, deusa da felicidade, vida, doçura e esperança nossa, salve. Bradam por ti os filhos das trevas. Por ti suspiram e gemem milhões de criaturas que se enlodaram nos paués do analfabetismo. Eia, pois, advogada dos fortes e dos valorosos, estes olhos luminosos a nós volvei e depois deste desterro de ignorância e de todo maligno cortejo de que se acerca o analfabetismo, mostrai-nos o livro, o saber, a educação, a felicidade, o patriotismo e a liberdade, frutos benditos do teu ventre. Para a glória do Brasil, deusa da instrução. Assim seja. (1937, p. 99).

Em 1967, Carlos Santos fora eleito pelo MDB. Em 31 de janeiro fora selecionado para o cargo de Presidente do Legislativo sendo convocado para assumir o governo do Rio Grande do Sul em ocasião da viagem do governador Walter Peracchi Barcellos (1907-1986), da ARENA, à Guanabara. (TORRES, 2004, p. 52).

Na ocasião, muitos jornais porto-alegrenses analisaram com satisfação a elevação de Carlos Santos ao posto máximo do estado, pois em virtude das disputas acirradas entre correligionários da ARENA e MDB, partidos fundados no contexto da ditadura militar, nosso personagem era uma unanimidade, inclusive representando conforme o noticiado, a conciliação dessas duas facções, mesmo que temporariamente.



IMAGEM – Peracchi e Carlos
FONTE: Jornal Folha da Tarde 08/3/1967, sp.

Entende-se que a Lei 10.639/03, fora uma conquista dos representantes das organizações citadas, bem como por meio das ações de intelectuais e políticos identificados com a trajetória da comunidade negra, a exemplo de Carlos Santos. Já que, após a abolição, as políticas educativas em prol dessas populações

inexistiram. Muito pelo contrário, através dos estereótipos a comunidade negra continuou a carregar estigmas.

ENSINO DE HISTÓRIA: CRIANDO POSSIBILIDADES DE ENSINO A PARTIR DO RELATO DOS VIAJANTES

Em uma breve revisão historiográfica, identificaremos na escrita de cinco viajantes europeus ao Rio Grande do Sul, entre os finais dos séculos XIX e início do XX, elementos pertinentes a nossa iniciativa, que passa a demonstrar a utilização de relatos de viajantes como fontes possíveis ao ensino de história. Aspectos alusivos à contribuição do negro para a formação de nosso Estado, em suas diversas dimensões, servirão como contraponto aos estereótipos construídos pelo discurso colonialista e racista. Muitos destes, inclusive, formulados a partir dos próprios viajantes. Mas quer-se apontar para uma nova perspectiva, colocando-os a serviço de uma Lei educacional que necessita de esforços para uma execução qualificada. Os viajantes utilizados foram: Hörmeyer, Luccock, Sainte-Hilaire, Dreys e Palombini.

Pensa-se nessas fontes como um *dialogismo*. Conceito cunhado por Barros, que diz: “Os relatos de viagem comportam a sua margem de dialogismo... idealizam sentados confortavelmente novos tipos sociais tão desconhecidos deles como de seus leitores” (BARROS, 2010, p.15).

Segundo Homi Bhabha, o agente do discurso torna-se, no momento da enunciação, o objeto projetado, invertido do argumento, voltado contra si próprio (BHABHA, 2007, p. 50). Nesses momentos, surgem as formas críticas de análises, pois surge um espaço entre quem enunciou e o enunciado.

A linguagem crítica é eficiente não porque mantém separados os termos do senhor e do escravo, do mercantilista e do marxista, mas na medida em que ultrapassa as bases da oposição dadas e abre um espaço de tradução: um lugar de hibridismo...nem um nem outro... negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta. (BHABHA, 2007, p. 50-51)

Ao utilizar-se dos viajantes europeus, pretendeu-se analisar suas narrativas carregadas de estigmas e de preconceitos, sem dualidades, sem embates entre o estranhamento do viajante e a condição adversa do escravizado. Criando um espaço analítico e *híbrido*, propondo decifrar aspectos diferentes das narrativas dos

narradores, para prevalecer a tradução de um discurso que vise contribuir para o reconhecimento da identidade negra e afro-brasileira em nossa história, tendo justamente como fontes os viajantes europeus citados. Na concepção de Bhabha, o sinal de que a história está acontecendo e o reconhecimento do agente, cita-se neste contexto o viajante, regula uma unidade de antagonismos sem demonstrar contradições, já que elas existiam. E é nessa existência que os negros faziam sua história.

O viajante alemão Joseph Hörmeyer, pesquisado por Claudio Pereira Elmir (1990), tornou-se uma dessas referências. Esse viajante escreveu suas memórias no livro *O Rio Grande do Sul de 1850*, descrevendo a província, principalmente através de sua capital, Porto Alegre. Segundo Elmir, um dos objetivos do alemão foi o de divulgar o Rio Grande do Sul aos imigrantes. Porém, muitas páginas da obra foram dedicadas ao escravo gaúcho. Para Elmir,

A importância de seu livro enquanto fonte documental inscreve-se na possibilidade que nos faculta de lançar um olhar à sociedade porto-alegrense do século passado, a partir de um protagonista desta mesma história. Ou seja, é possível abstrair conclusões acerca da escravidão negra na capital da Província, desde os relatos de um homem que não compunha os quadros do poder dirigente local, o que, contudo, não significa que estivesse pouco identificado com este setor dominante. A leitura de Hörmeyer permite-nos algumas representações daqueles que habitaram a geografia da cidade. (1990, p. 96).

Segundo esse viajante, era na rua que se identificava o *status* do negro liberto ou escravo. Ele observara que era possível representar a situação de um negro pelos pés calçados ou descalços. Descalços, escravo; calçados, liberto (HÖRMEYER, 1986, apud ELMIR, 1990, p. 79). Em outra passagem, o alemão identificou o trabalho do negro urbano até nas tarefas simples, em que um escravo carregava um livro para o seu senhor.

Hörmeyer narrou que uma das formas de conter uma massa tão numerosa de escravos eram as procissões oferecidas pela Igreja Católica que recebia negros de diferentes matizes (apud ELMIR, 1990, p. 79). Para Elmir, isso sintetizava a estratégia de cooptação realizada pela Igreja Católica, que buscava enfraquecer o candomblé e os batuques. O historiador concorda com a tensão existente entre senhor/escravo ou dominador/dominado. No entanto, salientamos o sincretismo religioso como provável estratégia

utilizada pelos escravizados, analisando o movimento existente nessas dicotomias entre opressor/oprimido.

A Irmandade do Rosário de Porto Alegre deu entrada para o pedido de oficialização do compromisso em 12 de março de 1786. No período de sua existência, essa instituição tinha uma organização integradora, pois dela participavam pessoas negras, brancas, escravizados e mulheres (PEREIRA, 2008, p. 80). Quanto às atividades e à participação dos irmãos, a caracterização foi significativa nas procissões:

Um aglomerado de pretos e pretas acompanhando ou antes perseguindo o andor, sem nenhuma ordem e recolhimento. Excetuados talvez um ou dois, não havia entre os mesários nenhum católico praticante. Alguns deles eram dados à prática do espiritismo e do batuque. (BAREA, 2004, p. 366, apud PEREIRA, 2008).

Segundo o antropólogo Iosvaldyr Bittencourt, autor do livro *Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre*,

A encarnação e espíritos dos antepassados – os eguns, já era praticada pelos grupos de origem Bantu – abriu espaço para a entrada de elementos do espiritismo popular europeu [...] grande parte do patrimônio cultural negro-africano foi flexível o suficiente para responder à situação concreta vivida na diáspora [...] (2010, p. 42-43).

Assim, como os negros utilizavam elementos do espiritismo para resistir na escravidão, pesquisas realizadas pelo antropólogo Ari Pedro Oro revelam atualmente o contrário; um número crescente de colonos descendentes de alemães e italianos adeptos das religiões de matriz africana, à procura de respostas para as suas aflições de um mundo globalizado em constantes transformações. Um dos dados mais surpreendentes do recenseamento do ano 2000 do IBGE, segundo o pesquisador, foi o de surgir no Rio Grande do Sul o índice mais elevado do país de indivíduos que se declararam pertencentes às religiões afro-brasileiras. Foram 1,62% dos gaúchos, contra 0,3% dos brasileiros em geral. (ORO, 2008).

Retornando aos viajantes, na cidade do Rio Grande, um inglês chamado John Luccock (1975) traz interessantes elementos para pensarmos as técnicas de trabalho dominadas pelos escravizados. Conforme o viajante, alguns ofícios desses negros estavam vinculados à carpintaria e à lavagem de roupas. Já o francês Sainte-Hilaire, em 1820, também em Rio Grande, observou

que os negros acorados vendiam cebolas, couves e alfaces. Nicolau Dreys viveu na cidade em 1823 e verificou a utilização dos braços negros na estiva do porto de Rio Grande, bem como na construção do mesmo (DREYS, 1961). Portanto, existiam nas cidades uma circulação e redes de sociabilidade negras.

Conforme Iosvaldir Bittencourt Júnior, a partir dessas constatações, analisa-se Porto Alegre quanto às possibilidades da mobilidade negra nas cidades, a exemplo das vendedoras do Largo da Quitanda:

É possível perceber a ampla circularidade e domínio dos lugares públicos urbanos que detinham as negras vendedoras. Se a quitanda a obrigava a uma fixidez, onde acolhia inúmeros clientes, o tabuleiro conferia-lhe uma ampla mobilidade, bem como as visitas para vendas feitas de porta em porta. Estas condições de trabalho oportunizavam às negras vendedoras múltiplos contatos com os demais escravos, seja nas ruas ou nas casas, bem como com segmentos brancos da população porto-alegrense [...] a tenacidade da autopreservação fazia com que os ganhos conseguidos com os serviços diários fossem acrescidos de pequenas transgressões, facilitadas pelas redes de solidariedade e interesses mútuos que se cruzavam (BITTENCOURT, 2010, p. 37).

Em outro relato, utilizaremos o médico-viajante italiano Giovanni Palombini, considerado, segundo Schwartsmann (2008, p. 123), um dos responsáveis em expandir a política de imigração italiana. A historiadora analisou os discursos do médico referente ao negro entre 1901 e 1914, identificando-os como preconceituosos e depreciativos, principalmente para com a mulher negra e as religiões desta comunidade. Conforme Palombini:

Tive a oportunidade de ser espectador de festas, especialmente de negros, que têm início ao pôr-do-sol e terminam de manhã. São verdadeiras orgias: com pretexto de festejar algum santo, reúnem grande multidão, perto de alguma capelinha e ali, ao som de guizos e de pandeiros e de desalentadas gaitas, dançam, gritam, bebem e comem doces (apud SCHWARTSMANN, 2008, p. 123).

Independentemente do olhar preconceituoso enunciado na escrita, é possível identificar em Palombini a força das manifestações religiosas afro-brasileiras, pois os negros, devido à opressão sofrida naquela época, certamente extravasavam suas angústias na sociabilidade de sua religião, quem sabe fortalecendo-se coletivamente.

Conforme a cartilha escolar intitulada *O negro no Rio Grande do Sul*, “identidade é formada a partir de traços culturais compartilhados, que dizem respeito ao sentimento de pertencimento a um grupo” (IPHAN, 2005, p. 20). Essa cartilha pedagógica foi publicada por meio de uma parceria entre a Fundação Cultural Palmares, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional, visando colaborar para a implementação da Lei 10.639 no Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os olhares dos viajantes passam a ser pertinentes para auxiliar os docentes no desenvolvimento e no ensino de história e da cultura afro-brasileira, com vistas à aplicação da Lei 10.639/03, já que carregam elementos culturais e sociais sob os diversos modelos. Entende-se a dificuldade de supor a inexistência de materiais didáticos por parte dos professores em virtude do costume de entender a cultura afro-brasileira como algo estranho a nós mesmos, preconceitos forjados nos resquícios de um ensino básico tradicional, em que comumente se associou africanos e negros a escravos ou a povos primitivos, sem escrita, enquanto os europeus eram considerados os povos civilizados e, portanto, portadores de escrita, conseqüentemente, de história. Entretanto, percebe-se, nos movimentos sociais, certa aversão ao passado escravista moderno, principalmente em virtude dos estigmas ainda hoje sentidos.

Há de se ressaltar a persistência dos movimentos sociais e de seus representantes na luta pelo reconhecimento de sua história, reflexo sentido no ensino em virtude da promulgação da Lei 10.639, que representa um avanço simbólico nas relações sociais brasileiras.

Deve-se rever a história valendo-se dos novos conceitos utilizados nas pesquisas atuais, mas sem negar a escravidão, antes pelo contrário, já que é possível, através desse mesmo passado, reescrever outras versões que contemplem, com seriedade e sem fantasias, possíveis releituras dos povos africanos antes mesmo da escravidão moderna, atualizadas por intermédio das fontes existentes, sejam materiais ou imateriais. Nesse sentido, a musicalidade, corporeidade, poesia, pesquisas sobre alimentos, parentesco entre escravos, territórios africanos, territórios quilombolas, a participação do negro na formação da sociedade e tantas outras formas e conteúdos relacionados aos

afrodescendentes, podem auxiliar os educadores na aplicabilidade da Lei 10.639, inclusive de maneira interdisciplinar, motivando a troca de experiências entre os professores de história, geografia, música, português e artes, contemplando a assertiva da Lei que enfatiza o ensino da história e da cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar.

Os artigos da lei remetem à contribuição do negro na formação da sociedade nacional. Se por um lado tem-se um forte discurso gerador de estereótipos advindos do passado, por outro é possível estabelecer a partir das mesmas fontes consubstanciadas as ferramentas teóricas atuais, através da crítica histórica, parâmetros interpretativos do cotidiano dos negros, passando pela importância social de um sapato até as funções urbanas do trabalho escravizado, em que um simples livro era carregado pelo cativo. Foi interessante observar nos relatos dos viajantes a circularidade dos negros nas cidades, onde as andanças com um tabuleiro poderiam gerar contatos e laços de solidariedade. Destacou-se a visão apresentada por Palombini, médico italiano, referente às religiões de matriz africanas, em que os seus estigmas e preconceitos foram incapazes de perceber naquela manifestação laços culturais identitários de fortalecimento coletivo, importante para apreender e compreender os dinamismos da história cultural, política e social da cultura afro-brasileira no estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 55-105.

BITTENCOURT, Iosvaldir Carvalho Jr.; SOUZA de, Vinicius Vieira; VILASBOAS, Ilma Silva. **Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Grafiserv, 2010.

COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 326.

DAVIS, J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

DUARTE, Eliane Pereira. **Floresta Aurora: fundação e função até 1988**. Monografia. PUCRS. Porto Alegre, 1986, p. 6.

ELMIR, Claudio Pereira. O escravo urbano na visão de um viajante. Porto Alegre, **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, n. 16, p. 95-103, 1990.

GOMES, Arilson dos Santos. **A formação de oásis**: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958). Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2008.

GOMES, Arilson dos Santos. Curso Procedimentos Didático-Pedagógico Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira como um Espaço de uma Educação Afrocentrada. In: BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldir Carvalho; SABALLA, Viviane Adriana. **Procedimentos Didático-Pedagógico Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012. p. 199-215.

GOMES, Nilma Nilo. Alguns termos e conceitos presentes no debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação Antirracista - Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: Coleção Educação para Todos. SECAD/MEC, 2005. p. 39-45.

LUCCOK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: USP, 1975.

MULLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação de Mestrado PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 1999. p. 116-134.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966, p.144-145.

O NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: IPHAN, 2005, p. 20.

ORO, Ari Pedro. As religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **Debates do NER**, n. 13, p. 9-23, 2008.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)**. Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2008.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência**: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2008.

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre, n. 826, p. 26-29, ago. 1962.

SANTOS, Carlos. **Sucata**. Porto Alegre: GLOBO, 1937, p. 99.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2011.

SCHWARTSMANN, Leonor. **Olhares do médico-viajante**: Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul (1901-1914). Porto Alegre: PUCRS, 2008. p. 123-124.